

# CEDF cria lista da mensalidade congelada

Até o final de fevereiro os pais de alunos terão uma lista oficial, preparada pelo Conselho de Educação do DF, das mensalidades escolares de janeiro que deverão estar congeladas. A lista será divulgada pelo Diário Oficial do DF depois de ser conferida e calculada pela Comissão de Encargos Educacionais do CEDF. A fiscalização sobre a cobrança das mensalidades congeladas será realizada pela Sunab, CEDF e pelo Procon.

Ontem o presidente do Conselho de Encargos Educacionais, Júlio Gregório, esteve com o delegado Regional da Sunab, Paulo Guimarães, estabelecendo uma estratégia para a fiscalização. Segundo Paulo Guimarães, a Sunab agirá a partir de denúncias dos pais ou através de amostragem das escolas que estiverem cobrando preços abusivos. As denúncias também poderão ser dirigidas ao Procon que se encarregará de levá-las ao CEDF para averiguação.

Para fazer as denúncias, os pais deverão apresentar cópia de toda a documentação aos órgãos competentes, no caso a Sunab e o Conse-

lho de Educação, para intervenção. Os documentos são o recibo de pagamento da primeira mensalidade de 1988 ou da matrícula efetuada em janeiro (até o dia 14) ou dezembro de 1988. A Sunab e a Comissão de Encargos Educacionais realizarão, a partir desta semana, reuniões semanais (sempre às 15h, às sextas-feiras) para acompanhamento da fiscalização.

## CALCULO

Para o cálculo da mensalidade escolar de janeiro, que está congelada, está em vigor a Portaria Interministerial nº 17, que pode não valer para todas as escolas de Brasília. O cálculo para as mensalidades de janeiro das escolas particulares do DF foi defendido pela Resolução nº 03 do Conselho de Educação que normatizou o Decreto nº 95.921 — que determinou as normas para os cálculos das mensalidades escolares. Por esta resolução, as escolas deveriam calcular a mensalidade de janeiro com base no custo total da escola, mais

10 por cento sobre o lucro da empresa, dividindo o total pelo número de alunos do estabelecimento.

Esta regra será válida apenas para as escolas que apresentaram este resultado até o dia 14 de janeiro (dia do congelamento). Para aquelas que ainda não haviam feito o cálculo da primeira mensalidade de 1989 vale a portaria interministerial onde o cálculo é baseado na última mensalidade de dezembro. Sobre esta mensalidade seriam incididos os percentuais da URP de janeiro mais resíduo correspondente à data-base dos professores.

Em ambos os casos, as escolas que cobraram, além da primeira mensalidade, uma taxa de matrícula, serão obrigadas a reduzir este valor da prestação de fevereiro ou março. Segundo o presidente da Comissão de Encargos Educacionais, Júlio Gregório, o cálculo das primeiras prestações de 1989 não dependem de acordo firmado entre os pais e professores.

Como os pais poderiam fiscalizar os valores oferecidos pelas escolas? Segundo Júlio Gregório, todos os cálculos deverão ter por base a planilha de cálculos apresentada pelas escolas (os estabelecimentos de ensino têm até o dia 20 deste mês para apresentá-las ao CEDF). Antes de estar com todos estes valores em mãos, os membros do CEDF não poderão divulgar as mensalidades congeladas.

Para as escolas que não calcularam mensalidade até 14 de janeiro, vale a Portaria Interministerial nº 17 que determina este valor tendo como base a última mensalidade do ano passado (dezembro). As dificuldades de fiscalização, pelos pais, são criadas pelas próprias escolas que, em alguns casos, não cumpriram a liminar concedida pela juíza da 6ª Vara do Ministério Público, Selene Maria de Almeida, revigorada pelo mandado de segurança do Tribunal Federal de Recursos.

De acordo com alguns pais, as escolas não cumpriram a liminar e cobraram mensalidades superiores às determinadas pela lei. Segundo fontes do Ministério Público, as mensalidades deverão ser calculadas, no caso de ser aplicada a portaria interministerial, com base no valor de dezembro estabelecido pela liminar — que nem sempre está de acordo com o que foi pago nos carnês escolares.

## Sinepe desafia a Sunab

O Governo Federal deveria estar preocupado em saber de que maneira estão sendo aplicados os recursos públicos na área educacional. Já que o sistema oficial de ensino encontra-se em péssimo estado, e não priorizar aspectos políticos do Plano Verão como a anunciam “devassa nas escolas privadas”. Essa posição foi defendida pelo presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Jaime Zveiter, que se mostrou tranquilo quanto ao trabalho a ser desenvolvido pela Sunab, a partir de segunda-feira. “As escolas nada temem”.

Ressaltou a posição favorável da entidade em relação ao congelamento de preços — “válido como medida provisória e necessário no momento em que o País vive uma situação desesperadora” — mas condenou os aspectos da medida governamental que não apresentam um caráter eminentemente técnico. Acusa os organismos de fiscalização de estarem colocando os estabelecimentos particulares como “bode expiatório” do plano de austeridade, a partir de acusações a priori.

Jaime Zveiter revelou que as es-

colas vão acatar a portaria interministerial que determina os valores das mensalidades e adiantou que não haverá burla nem mesmo por parte daquelas que compruem instabilidade financeira. “A fórmula que associa o custo do serviço da escola a uma margem de 10 por cento de lucro permite a administração adequada do estabelecimento. Quem optou anteriormente por um cálculo abaixo do estabelecido agora não poderá corrigir”. Acrescenta que todo o sistema particular do DF encontra-se em condições de propiciar um bom ensino.

O presidente do Sinepe alerta que o Governo, ao se prender em demasia a possíveis problemas na rede privada, se esquece de modernizar seu próprio serviço educacional. “No Distrito Federal, por exemplo, existe um problema crônico no que se refere a pessoal. As cidades-satélites apresentam déficit de professores e o Plano Piloto mostra dados que indicam uma nítida ociosidade. Zveiter salientou que esse posicionamento patronal, de respeito ao congelamento, deve ser entendido também pela categoria docente. “É preciso ter cautela”.